



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E COMPRAS PÚBLICAS

Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057 - Bairro Santa Quitéria - CEP 69.918-700 - Rio Branco - AC - defensoria.ac.def.br

CONTRATO Nº 09/2025

Unidade Gestora: Defensoria Pública do Estado do Acre.

CONTRATO Nº 09/2025
PROCESSO SEI Nº 0305.00059/2025-23
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 90002/2025.

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO
ENTRE SI O ESTADO DO ACRE, ATRAVÉS
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E COMPRAS PÚBLICAS DO ESTADO DO ACRE E A
SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GE

A **DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - DPE**, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrita no CNPJ/MF nº 04.581.375/0001-43, com sede no endereço, Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057, Bairro Santa Quitéria, Rio Branco/Acre, neste ato representada por sua Defensora Pública-Geral, **Dra. Juliana Marques Cordeiro**, brasileira, casada, portadora da carteira de identidade nº 815***22, inscrita no CPF sob o nº 006.*** **9-03, residente e domiciliada na cidade de Rio Branco/Acre, doravante denominada CONTRATANTE, e do outro lado a Empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS** inscrita no CNPJ nº 61.198.164/0001-60, com sede na Avenida Rio Branco, 1489 - Campos Elíseos - CEP: 01205-905 - São Paulo - SP, neste ato representada pelo Sra **Fernanda Diegues Cavalheiro**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 29358162- SSP / SP e CPF/MF sob nº 325.187.478-00 e Sr **Paulo Roberto de Carvalho**, portador(a) da Cédula de Identidade nº 43857189 - SSP/SP e CPF/MF sob nº 342.265.568-95, doravante denominada CONTRATADA, perante as testemunhas abaixo firmadas, pactuam o presente contrato, doravante denominado processo, e que se regerá pela Lei nº. 14.133/2021 e suas alterações, atendidas as cláusulas e condições que se enunciam a seguir:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos (carros pequenos "veículos institucionais" SW4, caminhonetes, modelos L200 Triton) que compõem a frota da DPE, com cobertura compreendida (colisão, incêndio e roubo), bem ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais) acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas, com o objetivo de suprir as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Acre.

1.2. Detalhamento do objeto da contratação:

Lote Único					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO: 2015/2016, Placa QLW1C60 – Renavam: 01072752481, Chassi: 93XXNKB8TGCF18279, Cor: Prata, Diesel	SERV.	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
2	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO 2013/2013, Placa: OVG 9D36 – Renavam: 00565956795, Chassi: 93XJNKB8TD78331, Cor: Branca, Diesel	SERV.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
3	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO 2020/2021, Placa: QWN1D69, - Renavam: 01245550605, Chassi: 93XLJKL1TMCL34613, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
4	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO 2020/2021, Placa QWN0F59, - Renavam: 01245258637, Chassi: 93XLJKL1TMCL34021, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 2.100,00	R\$ 2.100,00
5	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO 2022/2023, Placa QLY3H44 – Renavam: 01298591292, Chassi: 93XLJKL1TPCN54411, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
6	MITSUBISH – L200 TRITON, ANO 2022/2023, Placa QLY3H54 – Renavam: 01298593961, Chassi: 93XLJKL1TPCN54392, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
7	CHEVROLET – S10 LT DD4, ANO 2013/2013, Placa OVG 3194 – Renavam: 00544398068, Chassi: 9BG148FH0DC485100, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
8	TOYOTA - COROLA XEI, ANO 2019/2019, Placa: OXP 9074 – Renavam: 01191767407, Chassi: 9BRBD3HE6K0437480, Cor: Preta, Gasolina.	SERV.	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
9	TOYOTA - HILUX SWSRXA4FD, ANO 2023/2023, Placa SHA8G13 - Renavam: 01337514826, Chassi: 8AJBA3FS6P0334364, Cor: PRETA, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.099,00	R\$ 3.099,00

10	VOLKSWAGEN – GOL SPECIAL MB, ANO 2015/2016, Placa QLW 1H20 – Renavam: 01072821360, Chassi: 9BWAA45UXGP064008, Cor: Branca, Gasolina.	SERV.	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
11	VOLKSWAGEN – GOL SPECIAL MB, ANO 2015/2016, Placa QLW 1H30 – Renavam: 01072821807, Chassi: 9BWAA45U5GT053831, Cor: Branca, Gasolina.	SERV.	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
12	VOLKSWAGEN – GOL MC4, ANO 2019/2020, Placa: QLU 5295 – Renavam: 01199712822, Chassi: 9BWAG45U3LT031903, Cor: Branca, Gasolina.	SERV.	1	R\$ 900,00	R\$ 900,00
13	L200 TRITON SP OUTD – ANO 2023/2024, Placa: SQQ9G40 – Renavam: 01375380300, Chassi: 93XSYKL1TRCP76200, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
14	L200 TRITON SP OUTD – ANO 2023/2024, Placa: SQQ9G50 – Renavam: 01375381005, Chassi: 93XSYKL1TRCP76265, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
15	L200 TRITON SP OUTD – ANO 2023/2024, Placa: SQQ9G20 – Renavam: 01375378780, Chassi: 93XSYKL1TRCP76296, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
16	L200 TRITON SP OUTD – ANO 2023/2024, Placa: SQQ9G30 – Renavam: 01375379604, Chassi: 93XSYKL1TRCP76178, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
17	I/FIAT - PALIO ATTRACT, ANO 2013/2014, Placa: OVG 6450 – Renavam 00597814970, Chassi: 8AP196272E4063581, Cor Branca, Gasolina.	SERV.	1	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00
18	I/FIAT - DUCATO GREENMC.CH, ANO 2019/2019, Placa: QWM8G99 – Renavam: 01242794759, Chassi: 3C6DFVDK7KE536020, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 1.490,00	R\$ 1.490,00
19	RENAULT MASTER JI MBUS C, ANO 2023/2024, Placa QWM9B46 – Renavam: 01358200448, Chassi: 93YF62002RJ624460, Cor: Branca, Diesel.	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
20	TOYOTA - HILUX SDWMDA4MD, ANO 2024/2024, Placa QWQ8G58 - Renavam: 01408163460 , Chassi: 8AJBA3FS1R0371759, Cor: PRETA, Diesel.	SERV.	1	R\$ 2.400,00	R\$ 2.400,00
21	L200 TRITON SP OUTD – ANO 2024/2025, Placa: QWO2I86 – Renavam: 01411497691, Chassi: 93XSYKL1TSCR83548, Cor: Branca, Diesel	SERV.	1	R\$ 3.500,00	R\$ 3.500,00
22	TOYOTA - COROLA APREMIUMH, ANO 2024/2024, Placa: QWQ0E27 – Renavam: 01414808043, Chassi: 9BRBY3BE3R4063538, Cor: Preta, Gasolina/Alcool/Eletrico.	SERV.	1	R\$ 910,00	R\$ 910,00
23	IVECO BUS 10-190 E6 EE 4.800 ANO 2024/2024, Placa: -, Chassi: 93ZK61BDZS8705592, Cor: Branca, Diesel	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
24	SR/TRUCKVAN MC 2E ANO: 2024/2024 PLACA: SHA6G29, RENAVAM: 01371511389, CHASSI: 9QVTRA152R1005269, COR: PRETA	SERV.	1	R\$ 3.000,00	R\$ 3.000,00
VALOR TOTAL				R\$ 55.199,00 (cinquenta e cinco mil cento e noventa e nove reais).	

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.4. O Termo de Referência;

1.5. O Edital da Licitação e seus anexos;

1.6. A Proposta do contratado;

1.7. Eventuais anexos dos documentos supracitados

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA APÓLICE

2.1. A emissão deverá resultar em uma única apólice, que ocorrerá por meio eletrônico, não gerando custo para o contratante.

2.2. **Deverá constar na apólice referida:**

a) Identificação e descrição de cada veículo com suas devidas especificações;

b) Indicação da tabela de referência e da tabela substituta e seus respectivos veículos de publicação;

c) Indicação do fator de ajuste, em percentual, a ser utilizado. No caso 100%;

d) Prêmios discriminados por cobertura.

2.3. **Limites de indenização por cobertura:**

2.4. Responsabilidade Civil Facultativa (RCF):

a) Valor para indenização de danos materiais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

b) Valor para indenização de danos pessoais: R\$ 100.000,00 (cem mil reais);

2.5. Acidente por Passageiro (APP):

a) Valor para indenização morte por pessoa: 20.000,00 (vinte mil reais);

b) Valor para indenização invalidez por pessoa: 20.000,00 (vinte mil reais).

2.6. Bônus, quando houver, observando o disposto no instrumento.

2.7. Franquia aplicável

2.8. A apólice deverá ser disponibilizada para a contratada, através de meios eletrônicos e com assinatura eletrônica válida, **no prazo máximo de 20 (vinte) dias**, a contar da emissão da nota de empenho.

3. **CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

3.1. O prazo de vigência do contrato será de 12(doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 meses, desde que haja justificativa, disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, e que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, conforme art. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021. 2.2.

3.1.1. A vigência das apólices de seguro terá prazo de vigência de 12 meses, podendo ser prorrogadas, em conformidade com o item 2.1, desde que acordado entres as partes.

3.2. **DA EFICÁCIA**

3.2.1. A eficácia do contrato estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial da DPE/AC

3.2.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

3.2.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;

4. **CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO CONTRATO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

4.1. O valor global do presente Contrato é de R\$ 55.199,00 (cinquenta e cinco mil cento e noventa e nove reais), seu preço é fixo e irrevogável.

4.2. **ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.2.1. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

4.2.2. Cód. Órgão / Unidade Executora: 305 - Defensoria Pública do estado do Acre, 001 - Unidade Gestora.

4.2.3. Programa de Trabalho: 03092229522770000 - Manutenção das atividades administrativas e Financeiras

4.2.4. Elemento de Despesa: 33.90.39.00.00 - Serviços de Terceiros - PJ

4.2.5. Fonte de Recurso: 15000100 - Recurso Próprio.

5. **CLÁUSULA QUINTA - REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

5.1. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

5.1.1. Em consonância com o Art. 122, caput, da Lei nº. 14.133/2021, não será admitida a subcontratação total ou parcial para o objeto a ser contratado.

5.2. **DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL**

5.2.1. Em consonância com os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, não será exigida a prestação de garantia na contratação.

5.3. **DA AMOSTRA**

5.3.1. A critério da autoridade competente, não será exigida a apresentação de amostra.

5.4. **VISTORIA**

5.5. A empresa interessada em vistoriar os veículos a serem segurados, deverá comparecer na Av. Antônio da Rocha Viana, 3057 - Santa Quitéria, Rio Branco - Acre, sede da Defensoria Pública do Estado do Acre, em dias úteis, no período compreendido entre 8 e 12 horas. A vistoria deverá ser marcada previamente por intermédio do e-mail: sei@ac.def.br., e realizada na respectiva localidade onde se encontra o veículo.

5.6. No que se trata do prévio agendamento de que trata o item anterior, o prazo para a referida marcação deverá ser de, no mínimo, 72hs (setenta e duas horas) antes da vistoria a ser realizada e esta só poderá acontecer até 48hs (quarenta e oito horas) antes do início do certame.

5.7. No caso de não realização da vistoria prévia pela Licitante, será necessário a apresentação de *Declaração*, de que conhece o objeto, equipamentos e acessórios a serem segurados.

6. **CLÁUSULA SEXTA - MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

6.1. **LOCAL DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.1.1. Os serviços deverão ser executados nos locais indicados pela CONTRATANTE em Ordem de Serviço, conforme suas necessidades, respeitadas as regionais descritas no item inicial deste Termo.

6.2. **PRAZO PARA INICIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.2.1. Entrega da Apólice: 20 dias, contados do recebimento da Nota de Empenho;

6.3. Alterações na Apólice: 15 dias contados da comunicação oficial feita pela contratante;

6.4. Validade da Apólice: 12 meses a contar da data de sua emissão;

6.5. Pagamento de indenização em decorrência de sinistro: 30 dias contados da data do sinistro;

6.6. Pagamento de indenização nos casos de roubo, furto ou incêndio: 30 dias contados do aviso as autoridades policiais ou outra forma.

6.7. **CONDIÇÕES PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS:**

6.7.1. A empresa contratada deverá prestar os serviços em conformidade com as especificações contidas neste Termo de Referência e em sua Proposta, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor (art. 39, VIII, da Lei nº 8.078/90) e demais legislação aplicáveis à espécie.

6.7.2. O descumprimento do prazo estipulado acarretará à empresa contratada as sanções previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/2021 e no Edital e seus anexos.

6.7.3. No caso de empresa contratada prever atraso no início ou na conclusão dos serviços, poderá solicitar prorrogação de prazo, desde que presentes: justo motivo, prova documental da alegação e que o pedido seja encaminhado ao fiscal do contrato.

6.7.4. Não sendo apresentado pedido de prorrogação, ou caso apresentado, não seja aceito, a aplicação das sanções prevista neste Termo de Referência e no contrato realizar-se-á em procedimento administrativo, assegurado o contraditório e a ampla defesa à empresa contratada.

6.7.5. A empresa deve estar capacitada a prestar o serviço objeto deste Termo, além de outros que constituam seu desdobramento natural ou que lhes sejam complementares, agindo por conta e ordem da DPE/AC.

- 6.7.6. Para a realização dos serviços, a empresa deverá:
- 6.7.6.1. A empresa Contratada deverá fornecer todo o suporte necessário e suficiente para a dinamização, atendimento e concretização dos vários feitos e etapas do seguro;
- 6.7.6.2. A vistoria porventura feita nos veículos correrá por conta da seguradora, sem ônus para a Defensoria Pública do Estado;
- 6.7.6.3. O prazo de execução dos serviços em caso de ocorrência de sinistro ou acidente é de no máximo 30 (trinta) dias;
- 6.7.6.4. A seguradora deverá emitir as apólices de seguro no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da data de assinatura do contrato, às quais deverão ser endereçadas ao Departamento de Transportes da Defensoria Pública do Estado do Acre, à qual encontra-se nesta data situada na Av. Antônio da Rocha Viana, 3057 - Santa Quitéria, Rio Branco - Acre;
- 6.7.6.5. A seguradora deverá emitir documento que contenha os dados do seguro e dos veículos segurados, coberturas, valores com tratados (importâncias seguradas), vigência do seguro, condições gerais e particulares que identifiquem o risco, assim como, prever o endosso de inclusão e exclusão ou de ampliação de valor segurado para cada veículo;
- 6.7.6.6. A empresa licitante poderá oferecer outras garantias e vantagens adicionais como bônus na renovação e outras, desde que não onerem o prêmio estabelecido na proposta apresentada;
- 6.7.6.7. Quaisquer alterações tais como: inclusão, substituição de chassis e exclusão de veículos na apólice poderá ser solicitada pela Defensoria Pública do Estado do Acre - DPE/AC e processadas pela seguradora, mediante endosso, inclusive no caso de doação, baixa de veículos ou compra de novos veículos por parte da contratante;
- 6.7.6.8. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização da Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;
- 6.7.6.9. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pela Contratante, quanto à execução dos serviços contratados;
- 6.7.6.10. Prover condições que possibilitem o atendimento dos serviços a partir da data da assinatura do contrato;
- 6.7.6.11. Manter em Rio Branco - AC, filial ou representação tecnicamente qualificada, durante a vigência do seguro;
- 6.7.6.12. Enviar de imediato o corretor responsável, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros;
- 6.7.6.13. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados;
- 6.7.6.14. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como laudos, vistorias, salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras despesas que forem devidas aos seus empregados ou prepostos, no desempenho dos serviços contratados.
- 7. CLÁUSULA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**
- 7.1. A Contratada obriga-se a:
- 7.2. Efetuar a prestação dos serviços em perfeitas condições, no prazo indicado pela Administração, em estrita observância das especificações do objeto, acompanhado da respectiva nota fiscal, constando detalhadamente as indicações do prazo de garantia;
- 7.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12, 13, 18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- 7.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Administração, substituir, reparar, corrigir, remover, ou reconstruir, às suas expensas, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos o produto/serviços com avarias ou defeitos;
- 7.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Administração, inerentes ao objeto contratado;
- 7.6. Comunicar à Administração, no prazo máximo de 05 (cinco) dias que antecede a data da prestação do serviço, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 7.7. Não transferir a terceiros, nem subcontratar o objeto;
- 7.8. Manter durante todo o período de vigência do contrato, todas as condições que ensejaram a sua habilitação na licitação e contratação;
- 7.9. Havendo sinistro que obrigue a realização de serviços, estes deverão ser executados, obrigatoriamente em concessionária autorizada ou empresa credenciada indicada pela Seguradora, desde que tenha a aprovação e autorização do Contratante, observando que a reposição de peças será procedida utilizando peças originais;
- 7.10. Estando o veículo dentro do prazo da garantia de fábrica, deverão as peças e os serviços serem realizados na oficina do concessionário da marca do veículo, ou de oficinas por este expressamente autorizadas, de modo a manter a garantia de fábrica.
- 7.11. Caso ocorra sinistro em municípios do interior do Estado, deverá a Seguradora providenciar o reboque para o traslado do veículo até Rio Branco/AC, ou a outro município indicado pelo órgão, onde serão prestados os serviços que se façam necessários.
- 7.12. No caso de reboque, realizá-lo assumindo a responsabilidade do veículo durante o embarque, o transporte e o desembarque até a sede do órgão ou à oficina contratada-indicada.
- 7.13. Providenciar a imediata correção das deficiências apontadas pelo Contratante, quanto à execução dos serviços contratados.
- 7.14. Manter representação tecnicamente qualificada, durante a vigência do seguro.
- 7.15. Manter em Rio Branco - Acre, filial ou representação tecnicamente qualificada, durante a vigência do seguro.
- 7.16. Enviar representante, em casos de sinistro, para que seja providenciada a documentação legal necessária à prestação dos serviços, incluindo assistência a terceiros.
- 7.17. Ressarcir os eventuais prejuízos causados ao órgão e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidades cometidas por seus empregados ou prepostos na execução dos serviços contratados.
- 7.18. Vistoriar, IN LOCO, as condições dos veículos para ter conhecimento do estado e situação dos veículos, antecipadamente à realização da licitação.
- 7.19. Responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato;
- 7.20. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 8. CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**
- 8.1. A Contratante obriga-se a:
- 8.2. Efetuar o pagamento devido, nas condições estabelecidas neste Contrato e em conformidade com a legislação vigente;
- 8.3. Colaborar com a CONTRATADA, quando solicitada, no estudo e interpretação das normas e especificações aplicáveis aos serviços ora contratados;
- 8.4. Propiciar todas as facilidades indispensáveis à boa execução dos serviços, inclusive permitir o livre acesso dos técnicos da CONTRATADA às dependências da unidade do CONTRATANTE, onde serão realizados os serviços, desde que devidamente identificados;
- 8.5. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado, promovendo, através do fiscal do contrato, o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as faltas detectadas e comunicando à empresa as ocorrências de qualquer fato que, a seu critério, exijam medidas por parte daquela;
- 8.6. Anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do objeto, que estejam em desacordo com o Termo de Referência e com o Contrato, bem como, zelar pela cronologia dos termos aditivos e seus apostilamentos, a fim de não permitir a ruptura do contrato e nem a extrapolação do termo final do limite de 60 (sessenta) meses permitidos pela legislação.
- 8.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto.

- 8.8. Notificar a contratada, por escrito, sobre eventuais atrasos na prestação dos serviços e/ou descumprimento de cláusulas previstas neste Termo de Referência, no Edital ou no contrato;
- 8.9. Aplicar a contratada registrada as sanções administrativas regulamentares e contratuais cabíveis.
- 8.10. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;
- 8.11. Prestar as informações e os esclarecimentos pertinentes aos veículos, quando solicitados pela licitante vencedor;
- 8.12. Dar imediato aviso às autoridades policiais em caso de roubo ou furto, parcial ou total, do veículo segurado;
- 8.13. Aguardar a autorização da Seguradora para iniciar a reparação de quaisquer danos;
- 8.14. Entregar à Seguradora, no prazo máximo de 3 (três) dias da data de seu recebimento, qualquer carta ou documento que receber e que se relacione com danos causados a terceiros pelo veículo segurado;
- 8.15. Zelar pela não-agravamento dos prejuízos e dar guarda aos salvados (o que restou do veículo sinistrado ou a peça substituída) e demais bens remanescentes;
- 8.16. Comunicar à Contratada a ocorrência de quaisquer sinistros, durante a vigência do Contrato a ser firmado;

9. CLÁUSULA NONA – MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

9.1. **DA GESTÃO DO CONTRATO:** O gestor de contrato será o gerente funcional, designado por autoridade máxima, ou por quem delegar, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

- 9.1.1. Solicitar aditivos ou apostilamentos, validar os documentos elaborados e garantir que as contratações estejam previstas no PCA e no planejamento orçamentário;
- 9.1.2. Emitir, com a ciência dos fiscais de contrato, ordens de fornecimento ou ordens de execução de serviço, ordens de paralisação e reinício, bem como decidir sobre pedidos de prorrogação da execução contratual;
- 9.1.3. Indicar os fiscais de contrato e seus substitutos;
- 9.1.4. Dirimir dúvidas dos fiscais de contrato sobre a correta execução contratual e sua fiscalização;
- 9.1.5. Quando necessário, convocar e coordenar reuniões, registradas em ata, com a participação da contratada e dos fiscais de contrato, a fim de serem alinhados os procedimentos de acompanhamento da execução contratual, forma de apresentação dos documentos exigíveis para realização de pagamentos e conclusão da execução contratual;
- 9.1.6. Acompanhar a execução do cronograma físico-financeiro dos contratos, saldo dos valores contratados, valores empenhados e orçamentos previstos nos Planos de Trabalho Anuais para cada contrato;
- 9.1.7. Analisar os relatórios de fiscalização de contratos, especialmente os relacionados ao cumprimento do cronograma de entrega e recebimento de bens e serviços, bem como os relacionados à execução do cronograma físico-financeiro das obras e reformas, a fim de garantir a perfeita execução do contrato;
- 9.1.8. Observar os prazos de vigência e execução dos contratos e tomar as medidas necessárias para que sejam executados conforme o contratado, de acordo com as necessidades da Administração Pública e planejamento orçamentário-financeiro;
- 9.1.9. Decidir sobre a renovação, prorrogação ou alteração do contrato, ou sobre a realização de novo processo licitatório ou de contratação direta, bem como sobre a suspensão da entrega de bens ou da realização de serviços, de acordo com as necessidades da Administração Pública;
- 9.1.10. Quando necessário, negociar com a contratada as condições contratuais;
- 9.1.11. Analisar a documentação que antecede o pagamento e dar encaminhamento, após o atesto da nota fiscal pelo fiscal do contrato;
- 9.1.12. Tomar providências para apurar o descumprimento do contrato ou fraude na sua execução;
- 9.1.13. Exigir dos fiscais de contrato a inclusão tempestiva das informações relativas à execução do contrato nos sistemas corporativos de controle, publicidade e transparência;
- 9.1.14. Coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica e administrativa do contrato;
- 9.1.15. Emitir decisão sobre as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato;
- 9.1.16. Acompanhar os registros realizados pelos fiscais de contrato ou das terceiras contratadas a respeito de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- 9.1.17. Elaborar o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei Federal nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do contrato, como forma de aprimoramento das atividades da Administração Pública;
- 9.1.18. Receber, analisar, instruir e dar impulso aos pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;
- 9.1.19. Efetuar a digitalização e armazenamento dos documentos fiscais e trabalhistas da contratada no Sistema Eletrônico de Informações - SEI, quando couber, bem como no PNCP;
- 9.1.20. Preencher o termo de avaliação de contrato administrativo disponibilizado pelo setor responsável pelo sistema de gestão de materiais, obras e serviços; e
- 9.1.21. Inserir os dados referentes ao contrato no PNCP.

9.2. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO:

9.3. Nos termos da IN 05/2017/SEGES/ME, os gestores e fiscais do futuro instrumento contratual, serão designados em momento oportuno pela Defensoria Pública Geral e inicialmente figurarão como:

- a) Gestor Titular: GLEISON GOMES DE SOUZA, matrícula nº 299650.
- b) Gestor Substituto: ANDERSON LIMA DE OLIVEIRA, matrícula nº 59578485-0.
- c) Fiscal Titular: HARON LORENÇO MARQUES, matrícula nº 947210-0.
- d) Fiscal Substituto: LEONARDO DA COSTA FERREIRA, matrícula nº 947210-0.

9.4. Suas atribuições contemplam:

I - aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;

II - verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e

III - prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos a repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção do ajuste (ARP), entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas presentes neste Termo de Referência, no Edital e o Contrato e a solução de problemas relacionados ao objeto.

9.5. Na hipótese de haver necessidade de alterações no decorrer do processo licitatório ou após celebração do instrumento contratual, os servidores acima descritos poderão ser substituídos por meio da publicação de nova portaria.

9.6. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

9.7. Ao fiscal compete o acompanhamento da execução da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato, e anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a mesma, indicando dia, mês e ano para solução das falhas identificadas, bem como determinando o que for necessário à sua regularização e encaminhando os apontamentos ao gestor para as providências cabíveis.

9.8. Ao Gestor da Ata de Registro de Preços e/ou Contrato cabe a análise de reajuste; repactuação; reequilíbrio econômico-financeiro; incidentes relativos a pagamentos; de questões ligadas à documentação, ao controle dos prazos de vencimento e da prorrogação, apontando o que for necessário.

9.9. Ao contratado é vedado revelar qualquer informação confidencial relativa aos serviços, contrato, negócios ou operações do contratante, salvo com o consentimento prévio e expresso dele.

9.10. Nos termos da IN 05/2017/SEGES/ME em seus artigos 39 a 50:

- 9.11. Aferir o cumprimento dos resultados estabelecidos pela contratada;
- 9.12. Verificar a regularidade das obrigações previdenciárias, fiscais e trabalhistas; e
- 9.13. Prestar apoio à instrução processual e ao encaminhamento da documentação pertinente para a formalização dos procedimentos relativos à repactuação, reajuste, alteração, reequilíbrio, prorrogação, pagamento, aplicação de sanções, extinção dos contratos, entre outras, com vistas a assegurar o cumprimento das cláusulas do contrato e a solução de problemas relacionados ao objeto.
10. **CLÁUSULA DÉCIMA – CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**
- 10.1. O pagamento dos serviços prestados será efetuado à empresa contratada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento do documento fiscal, compreendido nesse período a fase de ateste deste – o qual conterá o endereço, o CNPJ, os números do Banco, da Agência e da Conta Corrente da Empresa contratada, o número da Nota de Empenho e a descrição clara do objeto – em moeda corrente nacional, de acordo com as condições constantes na proposta da Empresa contratada e aceita pela Administração contratante.
- 10.2. A emissão da ordem bancária será efetivada após o documento fiscal ser conferido, aceito e atestado por servidor responsável, caracterizando o recebimento definitivo, e ter sido verificada a regularidade da Empresa contratada, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.
- 10.3. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:
- a) DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - DPE
- b) CNPJ/MF nº 04.581.375/0001-43
- 10.4. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.
- 10.5. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal motivado por erro ou incorreções, o mesmo será devolvido à empresa contratada para retificação e reapresentação, acrescendo-se, no prazo fixado para pagamento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação.
- 10.6. Os empenhos são feitos através do sistema da Secretaria de Estado da Fazenda. Portanto faz-se necessário que a empresa possua **Cadastro de Credor** no sistema, que pode ser feito da seguinte forma: 1. Formulário de Cadastro de Credor Pessoa Jurídica, devidamente preenchido e assinado pelo titular, sócio ou procurador legal da empresa [[Clique aqui para acessar o formulário](#)], através do link: <http://sefaz.acre.gov.br/2021/?p=434> (**Pessoa Jurídica - Inclusão**). 2. Comprovante de Inscrição e de Situação Cadastral de Pessoa Jurídica (CNPJ). 3. Ficha de Inscrição e Atualização Cadastral (FAC) (quando se tratar das classes “9 – Fornecedor” e/ou “12 – Prestador de Serviços”). 4. Comprovante de Endereço atualizado. 5. Documentos pessoais do titular, sócio ou procurador legal da empresa: RG, CPF e Comprovante de Endereço atualizado. 6. Comprovante da conta com a identificação da instituição bancária e com o nome completo do credor, tais como: contrato de abertura da conta, extrato atualizado, comprovante de depósito ou cartão da conta (frente e verso), a fim de se comprovar que a conta corresponda à conta bancária indicada no Formulário. 7. Documento de Arrecadação Estadual – DAE (**Taxa de Expediente – R\$ 37,26**), acompanhado de seu comprovante de pagamento ou autenticação bancária; [[Clique aqui para emitir o DAE](#)] (**Código DAE: Tipo de receita - 41 (Taxa de Expediente), Código Classe - 41 - 2 (Requerimentos referentes a pedidos diversos), Código sub classe - 41 - 2 - 10 (Inscrição no Cadastro de Credores), Código do nível - 41 - 2 10 - 2 (Pessoa Jurídica) e Código do subnível - 41 - 2 - 10 - 2 - 1 (Inclusão)**)).
- 10.7. Para credores de outros Estados, os formulários, as cópias da documentação e o comprovante do pagamento podem ser enviados para o endereço de e-mail: cadastrodecredoresac@gmail.com para a efetivação do cadastro.
- 10.8. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:
- $EM = N \times VP \times I / 365$, onde:
- EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;
- N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso; e
- I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.
- 10.9. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Estrada do Aviário, 526 - Aviário, Rio Branco - AC, 69.900.854, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.
- 10.10. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.
- 10.11. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.
- 10.12. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.
- 10.13. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.
11. **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO CONTROLE E ALTERAÇÃO DE PREÇOS**
- 11.1. **ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES**
- 11.2. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista no art. 124 da Lei nº 14.133/2021 ou redução dos preços praticados no mercado.
- 11.3. À Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.
- 11.4. Enquanto eventuais solicitações de revisão/reajuste de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.
- 11.5. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir data do protocolo do pedido.
- 11.6. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratadas, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ao objeto, a critério exclusivo da CONTRATANTE, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do contrato.
- 11.7. Eventual alteração será obrigatoriamente formalizada por meio de Termo Aditivo ao presente contrato, respeitadas as disposições da Lei Federal nº. 14.133/2021.
- 11.8. **DA REVISÃO**
- 11.8.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133/2021.
- 11.8.2. Para fins do disposto no subitem anterior, será devida a revisão dos valores pela Contratante a partir da data do fato que gerou o direito ao reequilíbrio contratual, desde que solicitado formalmente, mediante comprovação pela Contratada e após a análise técnica e jurídica da Contratante.
- 11.8.3. Quaisquer tributos ou encargos legais criados, alterados ou extintos, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data de apresentação da proposta, de comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou menos, conforme o caso.

11.8.4. Fica facultado à Contratante realizar ampla pesquisa de mercado para subsidiar, em conjunto com a análise dos requisitos dos subitens anteriores, a decisão quanto a revisão de preços solicitada pela Contratada.

11.8.5. Enquanto eventuais solicitações de revisão de preços estiverem sendo analisadas, a Contratada não poderá suspender o fornecimento dos materiais/equipamentos e os pagamentos serão realizados aos preços vigentes.

11.8.6. A eventual autorização da revisão dos preços contratuais será concedida após a análise técnica e jurídica da Contratante, porém contemplará os materiais/equipamentos a partir da data do protocolo do pedido.

11.9. DO REAJUSTE

11.9.1. Os preços são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas;

11.9.2. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, **os preços contratados poderão sofrer reajustes após um ano**, admitida a adoção de índices como o IPCA ou outros índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, prevalecendo o menor índice na data do reajuste, desde que a prorrogação do vínculo represente situação mais vantajosa para a Administração;

11.9.3. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato, as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do mesmo, podendo ser registrados por simples apostila, dispensando a celebração de aditamento.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - RESCISÃO CONTRATUAL

12.1. A CONTRATANTE poderá rescindir administrativamente o presente contrato, garantida a prévia defesa nas hipóteses contidas no art. 137, da Lei 14.133/2021 e suas alterações posteriores, sem que caiba ao CONTRATADO, direito a qualquer indenização e sem prejuízo da aplicação das penalidades pertinentes e das regras contidas nos arts. 138 e 139, do mesmo diploma legal.

12.2. A CONTRATADA reconhece desde já os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista na legislação referente a contratos administrativos.

12.3. Em eventual rescisão de contrato, se a interrupção das atividades em andamento vier a causar prejuízo à população, será observado o prazo de 30 (trinta) dias, para a rescisão obter eficácia. Durante este prazo, a CONTRATADA não poderá negligenciar a execução dos serviços ora contratados.

12.4. Em caso de rescisão, fará *jus* a CONTRATADA, ao valor dos serviços realizados anterior a rescisão, independentemente de interpelação judicial ou extrajudicial.

12.5. De acordo com o art. 138 da Lei 14.133/2021, a extinção do contrato poderá ser:

- a) determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;
- b) consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração, formalizada a intenção com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.
- c) determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

12.6. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à Contratada o direito à prévia e ampla defesa;

12.7. Os procedimentos de rescisão contratual, tanto os amigáveis, como os determinados por ato unilateral da Contratante, serão formalmente motivados, assegurada, à Contratada, na segunda hipótese, a produção de contraditório e de ampla defesa, mediante prévia e comprovada intimação da intenção da Contratante para que, se o desejar, a Contratada apresente defesa no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados de seu recebimento e, em hipótese de não colhimento da defesa, interponha recurso hierárquico no prazo de 5 (cinco) dias úteis contados da intimação comprovada da decisão rescisória.

12.8. A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com consequências previstas nos arts. 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133/2021, neste instrumento e na Legislação Brasileira;

12.9. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.10. O presente documento segue assinado pelo servidor Elaborador, pela autoridade Requisitante e pela autoridade responsável pela Aprovação da conveniência e oportunidade, com fulcro no Decreto Estadual nº 6.092/2013 e a IN Conjunta nº 01/2014, cujos fundamentos passam a integrar a presente decisão por força do art. 50, § 1º, da Lei nº 9.784/1999.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DAS PENALIDADES

13.1. São necessárias em todo contrato cláusulas que estabeleçam, os direitos e as responsabilidades das partes, as penalidades cabíveis e os valores das multas e suas bases de cálculo (art. 92, XIV da Lei 14.133/21).

13.2. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou ata de registro de preços ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante (art. 249, § 4º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.3. O Licitante que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, não assinar o contrato ou ata de registro de preços, deixar de entregar documentação exigida no Edital, apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo, fizer declaração falsa ou cometer fraude fiscal, ficará sujeitas às sanções previstas e será descredenciado do Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores do Governo do Estado do Acre.

13.4. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada **“se houver”**, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada monetariamente e com aplicação de juros, fixados segundo os índices e taxas utilizados na cobrança dos créditos não tributários da Fazenda Pública estadual, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.5. O atraso nos serviços para efeito de cálculo da multa será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do ilícito administrativo, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.6. Competirá ao órgão ou entidade não participante os atos relativos à fiscalização e gestão contratual, inclusive em relação à aplicação de eventuais penalidades, informando as ocorrências ao órgão ou entidade gerenciadora (art. 334, § 5º, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.7. O licitante penalizado com as sanções de impedimento ou declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será registrado no sistema de compras adotado pelo Poder Executivo do Estado do Acre, com registro no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS ou Sistema de Cadastro de Fornecedores - SICAF após a comunicação ao órgão ou entidade promotora da licitação pelo órgão ou entidade responsável pela aplicação da sanção (art. 148, VIII, Parágrafo único, Decreto Estadual nº 11.363/2023).

13.8. A falsidade da declaração sujeitará o licitante às sanções administrativas previstas no edital.

13.9. As sanções previstas nas art. 156 §7º poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa prevista no inciso II, nos termos do art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.10. Administração poderá rescindir o contrato nas hipóteses do art. 137, bem como poderá fazê-lo de forma unilateral nos casos do inc. I do art. 138, ambos da Lei Federal nº. 14.133/21.

13.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021.

13.12. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.13. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.14. A multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 20 (vinte) dias corridos, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pelo órgão.

13.15. O valor da multa aplicada após regular processo administrativo, poderá ser descontado da Nota Fiscal ou crédito existente no órgão indicado no item 4 deste Termo de Referência, acrescido de juros moratório de 1% (um por cento) ao mês.

- 13.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas em sistema mantido na Defensoria Pública do Estado do Acre, e no caso de suspensão de licitar a licitante deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.
- 13.17. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 13.18. As penalidades só não serão aplicadas, se ocorrer fato superveniente justificável e aceito, submetido à aprovação da autoridade competente – pelo Pregoeiro e submetido à autoridade do órgão promotor da licitação durante a realização do certame ou pelo fiscal do contrato e submetido à aprovação pela autoridade do órgão solicitante, durante a execução do contrato.
- 13.19. Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à licitante vencedora o contraditório e ampla defesa no processo administrativo.
- 13.20. Para as condutas ensejadoras de prejuízo à Administração não descrita nos itens anteriores, poderão ser aplicadas outras penalidades previstas em legislação específica, subsidiariamente.
- 13.21. Pelo descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições do presente Termo de Referência, serão aplicadas as penalidades previstas no instrumento convocatório, garantida sempre a ampla defesa e o contraditório.
- 13.22. Qualquer atraso na execução das obrigações assumidas deverá, obrigatoriamente, constar de justificativa protocolada na Defensoria Pública do Estado do Acre, até o dia anterior à data prevista para a execução do serviço e ou fornecimento do materiais.
- 13.23. Se a CONTRATADA incidir nas condutas previstas no art. 156 da Lei Federal nº. 14.133/2021, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar-lhe, observando a gravidade das faltas cometidas, as seguintes sanções:
- I - Advertência;
 - II - Multa;
 - III - impedimento de licitar e contratar; e
 - IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
- 13.24. **A multa é a sanção pecuniária que será imposta ao fornecedor e será aplicada nos seguintes limites máximos:**
- I - 0,33 % (trinta e três centésimos por cento) ao dia, do segundo dia até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizada;
 - II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, sobre o valor da parcela do objeto não realizado, observado o disposto no § 5º, a partir do trigésimo primeiro dia;
 - III - 2% (dois por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no primeiro dia de atraso, por descumprimento do prazo de entrega do objeto em conformidade com o edital, cumulativamente à aplicação do disposto nos incisos I e II; e,
 - IV - 10% (dez por cento) aplicado sobre o percentual de 20% (vinte por cento) do valor da proposta do licitante, por ilícitos administrativos no decorrer do certame.
14. **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**
- 14.1. Consideram-se partes integrantes do presente contrato, como se nele estivessem transcritos:
- a) O Edital da Licitação na modalidade ao Pregão Eletrônico Nº 90002/2025, e seus anexos.
 - b) A proposta apresentada pela CONTRATADA.
- 14.2. **PARÁGRAFO PRIMEIRO** - Aplicam-se às omissões deste contrato as disposições da Lei nº 14.133, observando-se as normas constantes na Lei Complementar 123/2006 (Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte) e suas alterações, Decreto Estadual nº. 11.363/2023, e subsidiariamente a Lei nº 8.078/90 Código de Defesa do Consumidor e demais normas regulamentares aplicáveis, e demais normas regulamentares aplicáveis à espécie.
15. **CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**
- 15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, em sua integralidade, no Portal Nacional de Contratações Públicas, no prazo previsto na Lei nº 14.133, de 2021 e no Diário Oficial da DPE.
16. **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO FORO**
- 16.1. Para dirimir quaisquer questões decorrentes deste contrato, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Foro da Comarca da Capital Rio Branco/AC.

(Assinatura Eletrônica SEI)

JULIANA MARQUES CORDEIRO

Defensoria Pública-Geral

Defensoria Pública do Estado do Acre-DPE/AC

Contratante

(Assinatura Eletrônica SEI)

FERNANDA DIEGUES CAVALHEIRO

Procurador(a)

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Contratada

(Assinatura Eletrônica SEI)

PAULO ROBERTO DE CARVALHO

Procurador(a)

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

Contratada



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Marques Cordeiro, Defensoria Pública-Geral**, em 23/04/2025, às 09:19, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Paulo Roberto de Carvalho, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 09:39, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



Documento assinado eletronicamente por **Fernanda Diegues Cavalheiro, Usuário Externo**, em 23/04/2025, às 09:39, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ac.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0088701** e o código CRC **31BB67AC**.



DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE
DEFENSORIA PÚBLICA-GERAL

Av. Antônio da Rocha Viana, nº 3057 - Bairro Santa Quitéria - CEP 69.918-700 - Rio Branco - AC -
defensoria.ac.def.br

PORTARIA Nº 556/DPG, DE 23 DE ABRIL DE 2025

A **Defensora Pública-Geral do Estado do Acre**, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei Complementar Nº 158, de 6 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0305.00059/2025-23;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, atuarem em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do **CONTRATO Nº 09/2025**, celebrado entre a **DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO - DPE/AC**, e a Empresa **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos (carros pequenos "veículos institucionais" SW4, caminhonetes, modelos L200 Triton) que compõem a frota da DPE, com cobertura compreendida (colisão, incêndio e roubo), bem ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais) acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas, com o objetivo de suprir as necessidades da Defensoria Publica do Estado do Acre, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta apresentada, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais, conforme Processo Eletrônico Sei nº 0305.00059/2025-23, parte integrante deste instrumento, a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I - Gestor Titular: Gleison Gomes de Souza, matrícula nº 299650.

II - Gestor Substituto: Anderson Lima de Oliveira, matrícula nº 59578485-0.

III - Fiscal Titular: Haron Lorenço Marques, matrícula nº 947210-0. e

IV - Fiscal Substituto: Leonardo da Costa Ferreira - matrícula: 938565-7.

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, por ser oportuno e conveniente aos interesses da administração.

JULIANA MARQUES CORDEIRO
Defensora Pública-Geral do Estado do Acre
Decreto n.º 8.593-P, de 6.12.2024



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Marques Cordeiro, Defensora Pública-Geral**, em 23/04/2025, às 13:49, conforme horário oficial do Acre, na forma do Art. 4º, II, da Lei Federal nº 14.063/2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.ac.def.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0088872** e o código CRC **B8860C56**.



SUMÁRIO

GABINETE-GERAL	1
SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL INSTITUCIONAL	1
DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E COMPRAS PÚBLICAS	1

GABINETE-GERAL

PORTARIA Nº 556/DPG, DE 23 DE ABRIL DE 2025

A Defensoria Pública-Geral do Estado do Acre, no uso de suas atribuições legais, prevista na Lei Complementar Nº 158, de 6 de fevereiro de 2006;

CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 0305.00059/2025-23;

RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo indicados para, atuarem em observância à legislação vigente, atuarem como gestores e fiscais do CONTRATO Nº 09/2025, celebrado entre a DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO - DPE/AC, e a Empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, que tem por objeto Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos (carros pequenos "veículos institucionais" SW4, caminhonetes, modelos L200 Triton) que compõem a frota da DPE, com cobertura compreendida (colisão, incêndio e roubo), bem ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais) acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas, com o objetivo de suprir as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Acre, conforme especificações, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência e em conformidade com a proposta apresentada, independentemente de transcrição para todos os fins e efeitos legais, conforme Processo Eletrônico Sei nº 0305.00059/2025-23, parte integrante deste instrumento, a fim de atender as necessidades da CONTRATANTE:

I - Gestor Titular: Gleison Gomes de Souza, matrícula nº 299650.

II - Gestor Substituto: Anderson Lima de Oliveira, matrícula nº 59578485-0.

III - Fiscal Titular: Haron Lorenzo Marques, matrícula nº 947210-0. e

IV - Fiscal Substituto: Leonardo da Costa Ferreira - matrícula: 938565-7.

Art. 2º Compete aos gestores o acompanhamento da execução processual do processo administrativo de despesa pública - PADP, bem como a realização de todos os atos materiais e documentais necessários ao atendimento da legislação vigente, sem prejuízo das disposições do Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos da CGE/AC:

I – Instruir os processos administrativos de despesa pública com os documentos obrigatórios e necessários, nos termos e limites estabelecidos pelo Contrato Administrativo firmado;

II – Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos, a exemplo do GRP;

III – Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.

Parágrafo único. O gestor que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 3º Compete aos fiscais a verificação da correta execução do objeto contratual, em seu aspecto quantitativo e qualitativo, bem como o atendimento às normas regulamentares aplicáveis ao objeto

contratado.

Parágrafo único. O fiscal que não observar as normas contidas nesta Portaria e no Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos e causar danos de qualquer ordem ao Poder Público em decorrência do exercício do ônus a ele incumbido, responderá pelos danos que causar.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as demais disposições em contrário, por ser oportuno e conveniente aos interesses da administração.

JULIANA MARQUES CORDEIRO

Defensora Pública-Geral do Estado do Acre

Decreto n.º 8.593-P, de 6.12.2024

SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL INSTITUCIONAL

EDITAL Nº 01.2/2025

DISPÕE SOBRE AS INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS NO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CHEFES DOS NÚCLEOS ESPECIALIZADOS.

A SUBDEFENSORIA PÚBLICA-GERAL INSTITUCIONAL DO ESTADO DO ACRE, no uso de suas atribuições legais estatuídas no artigo 4º-F da Lei Complementar Estadual nº 158, de 06 de fevereiro de 2006, e, ainda, as disposições da Resolução Administrativa nº 014, de 28 de novembro de 2024, publicada no Diário Oficial do Estado do Acre – DPE/AC nº 966, de 29 de outubro de 2024;

RESOLVE: Tornar pública a RELAÇÃO DE INSCRIÇÕES DEFERIDAS E INDEFERIDAS no I Edital de Escolha dos Chefes dos Núcleos Especializados:

[ANEXO DO EDITAL Nº 01.2/2025](#)

“1. Fica PRORROGADO o prazo para realização das inscrições até as 12h00min do dia 22/04/2025, observado o horário local”.

Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se.

Rio Branco – Acre, 24 de abril de 2025.

Thaís Araújo de Sousa Oliveira

Subdefensora Pública-Geral Institucional

Defensoria Pública do Estado do Acre

DIRETORIA DE AQUISIÇÕES E COMPRAS PÚBLICAS

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL - PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 03/2025

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 90003/2025 - COMPRASNET

OBJETO: Registro de preços para eventual e futura contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo - gêneros alimentícios (açúcar, café e outros) para atender as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Acre e da Escola Superior da DPE/AC, na capital e interior, conforme as especificações e condições estabelecidas no presente processo.

ABERTURA: 08 de maio de 2025, às 11H (Horário de Brasília).

LOCAL: www.comprasnet.gov.br

Para todas as referências de tempo será utilizado o horário de Brasília.

UASG: 459931

Luís Su Lim Choy Ochoa

Pregoeiro/Agente de Contratação de Aquisições e Compras Públicas

Defensoria Pública do Estado do Acre – DPE

Portaria Nº 121/DPG, de 04 de Fevereiro de 2025

EXTRATO DO CONTRATO Nº 09/2025

PROCESSO SEI AC DEF Nº: 0305.00059/2025-23

PARTES: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ACRE - DPE/AC, CNPJ: 04.581.375/0001-43 e a empresa PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS, CNPJ: 61.198.164/0001-60.

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro total para a frota de veículos (carros pequenos



"veículos institucionais" SW4, caminhonetes, modelos L200 Triton) que compõem a frota da DPE, com cobertura compreendida (colisão, incêndio e roubo), bem ainda com cobertura a terceiros (danos materiais e danos pessoais) acidentes pessoais por passageiros, com assistência 24 horas, com o objetivo de suprir as necessidades da Defensoria Pública do Estado do Acre.

VIGÊNCIA: O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses a contar da data de assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, até o limite de 60 meses, desde que haja justificativa, disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, e que a contratação ainda permaneça vantajosa para a Administração, conforme art. 105, 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

VALOR: O valor do presente contrato será de R\$ 55.199,00 (cinquenta e cinco mil cento e noventa e nove reais), já incluídos todos os impostos, taxas e quaisquer outras despesas que sejam pertinentes ao objeto contratado;

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Programa de Trabalho: 03092229522770000 - Manutenção das atividades administrativas e Financeiras, Elemento de Despesa: 433.90.39.00.00; e Fonte de Recurso: 15000100.

DATA DA ASSINATURA: 23 de abril de 2025.

ASSINAM: **Juliana Marques Cordeiro - Pela Contratante, Fernanda Diegues Cavalheiro e Paulo Roberto de Carvalho - Pela Contratada.**